

## CHANTAL MOUFFE E O MODELO AGONÍSTICO DE DEMOCRACIA: um comentário crítico

*Chantal Mouffe and the Agonistic Model of Democracy: A Critical Commentary*

*Chantal Mouffe et le modèle agonistique de démocratie: un commentaire critique*

Vinícius Defillo Pintor <sup>1</sup>

**Resumo:** Ao longo do presente artigo, busca-se inicialmente reconstruir em linhas gerais o “modelo agonístico de democracia”, teoria da democracia elaborada e assim nomeada pela filósofa Chantal Mouffe. A pensadora caracteriza tal concepção de democracia como radical e plural, atribuindo-lhe a finalidade e a capacidade de combater relações de dominação vigentes na atualidade. Em seguida, mapeia-se e enumeram-se elementos presentes no modelo agonístico que são considerados como obstáculos e até mesmo traços que vão em direção inversa aos objetivos que tal proposta declara perseguir. Nesse segundo momento, são privilegiados escritos da autora produzidos no século XXI, pois se entende que as obras desse período tornam mais explícitas as limitações do projeto intelectual de Mouffe e suas eventuais consequências indesejadas, ou seja, a possibilidade de que, ao invés de combater relações de dominação, ele acabe por favorecer sua perpetuação.

**Palavras Chave:** Agonismo. Democracia. Relações de dominação.

**Abstract:** This article initially seeks to outline in broad terms the “agonistic model of democracy”, a theory of democracy developed and named as such by the philosopher Chantal Mouffe. The thinker characterizes this conception of democracy as radical and plural, attributing to it both the purpose and the capacity to challenge prevailing relations of domination in contemporary society. The article then proceeds to identify and enumerate elements within the agonistic model that are considered obstacles, or even features that run counter to the very objectives the the model claims to pursue. In this second part, priority is given to the author's writings from the 21st century, on the grounds that the works of this period render more explicit the limitations of Mouffe’s intellectual project and its possible unintended consequences, namely, the risk that, instead of combating relations of domination, it may end up favoring their perpetuation.

**Keywords:** Agonism. Democracy. Relations of domination

<sup>1</sup> É mestre em Filosofia pela Universidade Federal do ABC (UFABC) tendo sido bolsista CAPES (2025). Também é Bacharel em Ciências e Humanidades (2018), Filosofia (2022) e licenciado em Filosofia (2019) pela mesma instituição. Foi coordenador da Escola Preparatória da UFABC e atua como professor do Ensino Básico desde 2017, atualmente trabalha no Colégio ETAPA como docente da Filosofia - Pensamento Crítico. É membro dos grupos de estudos “Imagem e Subjetividade” e “DelGua – UFABC”.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6055778880805849>

**Résumé:** Le présent article cherche dans un premier temps à reconstituer dans les grandes lignes le “modèle agonistique de la démocratie”, une théorie de la démocratie élaborée et ainsi désignée par la philosophe Chantal Mouffe. La penseuse caractérise cette conception de la démocratie comme radicale et plurielle, lui attribuant la finalité et la capacité de contester les relations de domination actuellement en vigueur. L’article procède ensuite à identifier et à énumérer les éléments du modèle agonistique qui peuvent être considérés comme des obstacles, voire comme des traits allant à l’encontre des objectifs mêmes que cette proposition déclare poursuivre. Dans ce second moment, l’accent est mis sur les écrits de l’auteure produits au XXI siècle, car on estime que les œuvres de cette période rendent plus explicites les limites du projet intellectuel de Mouffe et ses éventuelles conséquences indésirables, à savoir la possibilité que, au lieu de combattre les relations de domination, il en vienne à favoriser leur perpétuation.

**Mots-clés:** Agonisme; Démocratie; Rapports de domination

---

## INTRODUÇÃO

A filósofa Chantal Mouffe é um nome de destaque nos debates sobre teorias democráticas dos últimos 40 anos. É uma crítica severa de alguns cânones desse campo intelectual, notadamente aos que identifica às teorias que nomeia como “modelo agregativo” e “modelo deliberativo” de democracia (Mouffe, 1993; 2000; 2006) - são exemplos desses autores Joseph Schumpeter e Anthony Downs no que diz respeito ao primeiro modelo, assim como o são John Rawls e Jürgen Habermas em relação ao segundo. Isso significa que nega tanto a noção de que a democracia seja meramente algo de ordem procedimental, um método de seleção, quanto a ideia de que ela se constitui através da construção de consensos racionais desinteressados. Buscando erigir uma alternativa de Esquerda para o conceito de democracia e frente ao turbulento cenário de reconfiguração política dos anos 80 e 90, Mouffe desenvolve o que denomina como modelo agonístico de democracia o qual seria uma democracia pluralista e radical. Conforme exploraremos em detalhe ao longo do artigo, seu modelo baseia-se na admissão de certos tipos de conflitos entre projetos hegemônicos antagônicos capazes de mobilizar as paixões dos sujeitos. Proposta que tem como intuito combater relações de dominação ao mesmo tempo em que é capaz de preservar a articulação liberal entre igualdade e liberdade, combatendo o que a autora identifica como um “déficit democrático”. Dessa maneira, haveria o aprofundamento de uma suposta “revolução democrática”, um processo em curso no Ocidente que favoreceria a pluralidade e o agonismo.

Como veremos, sua teoria busca a recuperação da ideia de democracia como capaz de desnaturalizar relações de submissão e combatê-las. Por um lado, há o desejo de escapar das influências do capitalismo no arranjo político assim como de práticas autoritárias. Por outro, almeja-se apresentar uma possibilidade de ação política à Esquerda que não se baseie na promoção de revoluções, ou seja, momentos históricos privilegiados que desencadeiam grandes mudanças, nem que deposite suas esperanças num sujeito revolucionário determinado como o proletariado. Contudo, vislumbramos limitações em sua obra. Entendemos que sua produção teórica acaba por ter consequências similares a elementos que critica bem como esbarra em grandes dificuldades para combater efetivamente as relações de dominação que elege como alvo, favorecendo a conservação de aspectos do arranjo social que em um primeiro momento parece atacar. Para justificarmos nossa posição, dividimos o presente artigo em três seções. Na primeira, apontamos as bases da produção de Mouffe desenvolvidas em trabalhos escritos a quatro mãos junto a Ernesto Laclau. Na segunda, descrevemos seu modelo agonístico de democracia. Por fim, dedicamos a terceira seção às razões de enxergarmos limites e obstáculos não ultrapassados na teoria da filósofa, além de aspectos conservadores de seu pensamento - apontando, inclusive, como esses traços foram acentuados ao passar das décadas.

### **BASES DO MODELO AGONÍSTICO EM COMPANHIA DE LACLAU: aprofundar a revolução democrática através da democracia radical e plural**

É possível identificar as bases da produção de Mouffe na obra “*Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*” (2001), livro escrito em conjunto com o já mencionado Ernesto Laclau, sendo ele publicado originalmente em 1985. É importante notar que esse era um período de grande agitação política e intelectual. O declínio político e a crise de legitimidade da União Soviética e dos partidos comunistas ocidentais combinava-se com a ascensão do que viria a ser chamado de “Neoliberalismo” nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Junto a isso, novas formas de lutas sociais protagonizadas por grupos minorizados tomavam forma e colocavam em cena novas identidades políticas múltiplas e difusas com demandas que escapavam às questões relacionadas à suposta contradição entre Capital e trabalho. Nesse contexto, debates acerca de outras maneiras de sociabilidade e democracia avolumavam-se. Mouffe e Laclau se inserem nesse cenário buscando uma

alternativa de Esquerda ao Marxismo ortodoxo ou estruturalista, fazendo uso de novos e diferentes referenciais teóricos.

Um bom ponto de partida para compreender tal obra, é o de entender que os autores defendem a inerradicabilidade dos conflitos sociais bem como a necessidade de sua existência para a efetivação de uma democracia pluralista real a qual irão se vincular intelectualmente:

Conflito e divisão, em nossa visão, não são nem perturbações que infelizmente não podem ser eliminadas, nem impedimentos empíricos que tornam impossível a plena realização de uma harmonia que não conseguimos alcançar porque nunca poderemos deixar nossas particularidades completamente de lado a fim de agir de acordo com nosso eu racional (...). Em realidade, sustentamos que sem conflito e divisão, uma política democrática pluralista seria impossível. Acreditar que a resolução final dos conflitos seja eventualmente possível - mesmo que seja vista como uma abordagem assintótica da ideia reguladora de um consenso racional - longe de prover o horizonte necessário ao projeto democrático, é colocá-lo em risco (Laclau; Mouffe, 2001, p. xvii-xviii, tradução nossa)<sup>2</sup>.

O posicionamento acima nega a possibilidade de uma harmonia social permanente seja ela fruto do consenso racional ou mesmo de uma revolução comunista vindoura. Os pensadores compreendem que todo arranjo social é contingente e precário, pois não há qualquer essência política que exista *a priori* da sociedade em si tampouco alguma forma de organização social que dê conta de contemplar toda a pluralidade. Dessa maneira, a sociedade sempre estaria caracterizada por uma abertura possível a projetos que contestariam o vigente, gerando enfrentamentos. Nos termos de Laclau e Mouffe (2001, p. 95-96, tradução nossa)<sup>3</sup>:

Nós devemos, portanto, considerar a abertura do social como solo constitutivo [...] do existente, e os diversos “ordenamentos sociais” como tentativas precárias e, em última instância, fracassadas de domesticar o campo das diferenças [...] já que o social em si não tem essência.

<sup>2</sup> Sempre que um texto em língua estrangeira for traduzido e utilizado por nós, sua versão original será apresentada nas notas de rodapé. Original: Conflict and division, in our view, are neither disturbances that unfortunately cannot be eliminated nor empirical impediments that render impossible the full realization of a harmony that we cannot attain because we will never be able to leave our particularities completely aside in order to act in accordance with our rational self [...]. Indeed, we maintain that without conflict and division, a pluralist democratic politics would be impossible. To believe that a final resolution of conflicts is eventually possible - even if it is seen as an asymptotic approach to the regulative idea of a rational consensus - far from providing the necessary horizon for the democratic project, is to put it at risk.

<sup>3</sup> Original: We must, therefore, consider the openness of the social as the constitutive ground [...] of the existing, and the diverse “social orders” as precarious and ultimately failed attempts to domesticate the field of differences [...] since the social itself has no essence.

Mais do que simplesmente uma latente e perene possibilidade, as relações antagônicas seriam uma realidade imprescindível na composição do tecido social, pois as próprias identidades existiriam apenas de forma relacional-conflitiva, nunca sendo plenas. Para compreender essa afirmação convém observar como, em sua análise, os filósofos advogam por uma compreensão discursiva da realidade. Em primeiro lugar, afirmam que os discursos são compostos por uma totalidade precária estruturada de elementos que se articulam e se modificam ao longo desse processo; em seguida, rejeitam qualquer distinção entre prática discursiva e prática não-discursiva ao afirmar que todo objeto é constituído como objeto de discurso, ou seja, que nada tem sentido a não ser dentro de uma cadeia de significados (Laclau; Mouffe, 2001, p. 105-107). Tomados de acordo com essa conceituação, os discursos buscam articular elementos e fixar significados ao passo que visam suplantar seus rivais para se efetivarem em completude. Contudo, não havendo qualquer totalidade ou significado anterior ao próprio discurso, ele é contingente e, sendo assim, apenas relativamente bem-sucedido em estabelecer-se socialmente. Outros discursos, também contingentes e precários, inevitavelmente se colocarão como antagônicos a ele, afetando-o: “A presença do ‘Outro’ me impede de eu ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de totalidades plenas, mas da impossibilidade de suas constituições” (Laclau; Mouffe, 2001, p. 125, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Conforme esse cenário, o antagonismo tanto é insuperável por constituir o real e as identidades mutáveis quanto sua presença chega mesmo a ser um sinal fundamental de que uma democracia esteja em exercício. Ao contrário de lamentar que seja irremediável a ocorrência de alguma espécie de confrontação, os pensadores vêem o antagonismo como característica indispensável para um arranjo democrático tendo em vista que qualquer consenso absoluto que encerre o conflito não passaria de uma arbitrariedade excludente daquilo que é diferente de si, sendo uma forma autoritária de tentar forçar o fechamento do social, produzindo violenta e artificialmente um “fim da história”. Por mais bem intencionadas que sejam teorias como as deliberacionistas, elas acabariam por serem opostas a um pluralismo de fato, pois seu resultado seria a prevalência de um discurso contingente transvestido de verdadeiro ou, ao menos, o mais racionalmente aceitável. Contra tal possibilidade, Laclau e Mouffe (2001, p. 140, tradução nossa)<sup>5</sup> afirmam que “é preciso partir de uma pluralidade de espaços políticos e sociais que não

<sup>4</sup> Original: The presence of the “Other” prevents me from being totally myself. The relation arises not from full totalities, but from the impossibility of their constitution.

<sup>5</sup> Original: it is necessary to start from a plurality of political and social spaces which do not refer to any ultimate unitarian basis. Plurality is not the phenomenon to be explained, but the starting point of the analysis.

se refiram a nenhuma base unitária final. A pluralidade não é o fenômeno a ser explicado, mas o ponto de partida da análise”.

Entretanto, valorizar o antagonismo e partir da pluralidade para pensar a democracia não significa, para os intelectuais referidos, elogiar toda forma de contenda social. Se invariavelmente existirão práticas discursivas que buscam prevalecer para limitar e domesticar o “jogo infinito das diferenças” (Laclau, 1991, p. 24, tradução nossa)<sup>6</sup> às suas imagens, convém promover formas democráticas de antagonismo entre elas. Isso significa não tolerar tanto discursos que busquem exterminar a pluralidade em prol de alguma unidade harmônica quanto cenários de quase ausência articulatória, levando à falta de um ponto de referência capaz de organizar a pluralidade de forma que a vida social seja viável. A resposta para contemplar o desacordo e o conflito dentro de um modelo democrático seria o de promover o reconhecimento do caráter plural da realidade social, admitindo um antagonismo tolerante e constantemente renovado entre as partes que sejam capazes de se adequar a uma proposta como essa. Laclau e Mouffe (2001, p. 188, tradução nossa)<sup>7</sup> atestam que:

Entre a lógica da identidade completa e a da pura diferença, a experiência da democracia deveria consistir no reconhecimento da multiplicidade das lógicas sociais junto com a necessidade de suas articulações. Mas essa articulação deve ser constantemente recriada e renegociada, não havendo um ponto final em que um equilíbrio seja definitivamente alcançado.

Contudo, o programa da democracia agonística de Mouffe não é elaborado plenamente ainda nessa altura de seu pensamento. A obra escrita conjuntamente a Laclau possui um objetivo último distinto: suplantar o marxismo ortodoxo como diretriz a guiar as ações políticas de grupos de Esquerda e procurar caminhos para a realização do que chamam de “democracia radical e plural”. Resumidamente, os filósofos acreditam que ao longo dos últimos três séculos, o Ocidente viveu uma “revolução democrática” na qual os valores de igualdade e liberdade passaram a constituir o ponto fundamental da articulação política, alterando o imaginário social e transformando certas relações de subordinação em relações de opressão e dominação, ou seja, fazendo com que desigualdades sociais antes vistas como naturais passassem a ser objetos de contestação e antagonismo (Laclau; Mouffe, 2001, p. 153-155). Dado o tratamento muito

<sup>6</sup> Original: infinite play of differences.

<sup>7</sup> Original: Between the logic of complete identity and that of pure difference, the experience of democracy should consist of the recognition of the multiplicity of social logics along with the necessity of their articulation. But this articulation should be constantly re-created and renegotiated, and there is no final point at which a balance will be definitively achieved.



próprio que Mouffe e Laclau conferem a esses termos e a importância dessa questão em seu projeto é preciso dar maior atenção a esse ponto. Os autores (Laclau; Mouffe, 2001, p. 153, tradução nossa)<sup>8</sup> escrevem: “Nosso problema central é o de identificar as condições discursivas para o surgimento de uma ação coletiva voltada para a luta contra as desigualdades e para o questionamento das relações de subordinação”. Sendo relações de subordinação definidas pelos filósofos simplesmente como “conjunto de posições diferenciais entre agentes sociais”<sup>9</sup>. Quando uma relação desse tipo passa a ser espaço de conflito, torna-se uma “relação de opressão” assim como quando passa a ser considerada socialmente ilegítima se torna “relação de dominação”. A revolução democrática ao articular os valores de igualdade e liberdade coloca em xeque várias relações de subordinação que se tornaram, no sentido aqui empregado, relações de dominação - elemento visto como positivo por Mouffe e Laclau, inclusive devendo ser intensificado<sup>10</sup>. Porém, dada a natureza mutável dos arranjos discursivos, as articulações desses dois valores entre si e com outros elementos estariam sempre em aberto, fazendo com que fosse possível tanto que esse processo de revolução democrática se visse freado e até mesmo revertido através de novas articulações como as defendidas pelos conservadores quanto intensificado caso as articulações pautadas pelos progressistas alcancem maior preponderância (Laclau; Mouffe, 2001, p. 168). O que os autores buscam, então, é colaborar com a segunda possibilidade: desejam aprofundar a revolução democrática articulando os valores de liberdade e igualdade com outros elementos de tal forma que mais relações de subordinação sejam reconhecidas como relações de dominação e se tornem alvo de antagonismos, mas sem romper necessariamente com a ordem democrática liberal, pois ela pretensamente estabelece a igualdade e a liberdade como pontos nodais da articulação discursiva:

Em nossa visão, o problema com as democracias liberais “efetivamente existentes” não se dá em relação a seus valores constitutivos cristalizados nos princípios de liberdade e igualdade para todos, mas com o sistema de poder que redefine e limita a operação desses valores. Esse é o porquê de nosso projeto de “democracia radical e plural” ter sido concebido como um novo estágio no aprofundamento da “revolução

<sup>8</sup> Original: Our central problem is to identify the discursive conditions for the emergence of a collective action, directed towards struggling against inequalities and challenging relations of subordination.

<sup>9</sup> Original: set of differential positions between social agents.

<sup>10</sup> Já em obras individuais escritas posteriormente, Mouffe (1993, p. 6-7; 12-3; 70; 77-78; 88) manterá essa ideia. A filósofa chega a afirmar compromisso junto a um projeto político que tem como objetivo lutar contra as formas de subordinação, identificando-o à Esquerda e chamando-o de democrático, afinal ele opera pela articulação entre igualdade e liberdade. Entre as relações que devem ser atacadas, Mouffe destaca as baseadas em gênero, raça, classe e religião.

democrática”, como a extensão das lutas democráticas por igualdade e liberdade a um leque mais amplo de relações sociais (Laclau; Mouffe, 2001, p. xv, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Os pensadores deixam de lado a ideia da necessidade de uma revolução para a transformação social e passam a vislumbrá-la dentro de uma visão reformista, defendendo que a “ideologia liberal democrática” deve ser preservada e radicalizada pela Esquerda política (Laclau; Mouffe, 2001, p. 176). Ponto que é reforçado em entrevista concedida já em 1998: “Nós, portanto, abandonamos a ideia da necessidade de uma ruptura radical com a sociedade prévia - a ideia de revolução. Começamos a entender nossa política como a radicalização de ideias e valores que já estavam presentes, apesar de incompletos, no capitalismo liberal” (Laclau; Mouffe, 1998, tradução nossa)<sup>12</sup>. A maneira de realizar esse aprofundamento e radicalização dos valores democráticos seria a de não mais conferir lugar privilegiado ao conflito de classes na construção política, mas sim articulá-lo com outras formas de antagonismos que também contestam relações de dominação vigentes como as pautas étnicas, ecológicas, de gênero e sexualidade. Ao contrário do que marxistas ortodoxos defendem, para Laclau e Mouffe (2001, p. 163, tradução nossa)<sup>13</sup>: “esta proliferação de antagonismos e questionamentos das relações de subordinação deve ser considerada como um momento de aprofundamento da revolução democrática”. Isto é, os chamados antagonismos “identitários” não seriam distrações em relação à verdadeira luta política relevante, mas novos e felizes elementos no combate às formas de dominação existentes no mundo capitalista, elementos que devem ser objeto de articulação com as lutas dos movimentos operários em um grande projeto hegemônico de Esquerda<sup>14</sup>. É por isso que o programa dos autores em “*Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*”, o da democracia radical e plural, pode ser resumido como o de

<sup>11</sup> Original: In our view, the problem with “actually existing” liberal democracies is not with their constitutive values crystallized in the principles of liberty and equality for all, but with the system of power which redefines and limits the operation of those values. This is why our project of “radical and plural democracy” was conceived as a new stage in the deepening of the “democratic revolution”, as the extension of the democratic struggles for equality and liberty to a wider range of social relations.

<sup>12</sup> Original: We had therefore abandoned the idea of a need for a radical break with the previous society – the idea of revolution. We began to understand our politics as a radicalisation of ideas and values which were already present, although unfulfilled in liberal capitalism.

<sup>13</sup> Original: this proliferation of antagonisms and calling into question of relations of subordination should be considered as a moment of deepening of the democratic revolution.

<sup>14</sup> O conceito de “hegemonia” e sua derivação “projeto hegemônico” são muito importantes na construção teórica desenvolvida nessa obra. Uma prática hegemônica é aquela que, ao lidar com a contingência social, busca articular vários elementos através de um ponto nodal (ponto discursivo que é privilegiado na fixação parcial de sentido) que assumiria um caráter universal e estruturante. Sendo assim, um projeto hegemônico não se limita a uma postura anti-sistema, pois sempre visa estabelecer uma nova forma de organizar a sociedade e as fronteiras políticas ao articular distintos elementos de uma maneira original. Cf. Laclau; Mouffe, 2001.



criar uma cadeia de equivalência entre as várias lutas democráticas contra as diferentes formas de subordinação. Argumentamos que as lutas contra o sexismo, o racismo, a discriminação sexual e em defesa do meio ambiente precisam ser articuladas com as dos trabalhadores em um novo projeto hegemônico de esquerda. [...]. Isso é o que entendemos por “democracia radical e plural” (Laclau; Mouffe, 2001, p. xviii, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Mesmo com modificações, as bases teóricas para o modelo democrático desenvolvido por Mouffe foram estabelecidas em seu trabalho com Laclau. A importância do antagonismo, a concepção não essencialista e permanentemente aberta do social, o conflito como parte do jogo democrático, a necessidade de um projeto articulado de reivindicações políticas, a visão de identidades como relacionais e o desejo de reforma ao invés de abandono de certos ideais liberais constituem o “modelo agonístico de democracia” que por ela foi construído desde o final dos anos noventa até os dias atuais.

## O MODELO AGONÍSTICO DE DEMOCRACIA: resposta ao paradoxo democrático

Agora voltemos nossa atenção para como, em sua produção individual, as características acima mencionadas receberam nova elaboração e outras companhias para dar corpo à proposta da filósofa. A organização social entendida como contingencial segue sendo o ponto de partida da autora, a democracia liberal é considerada dentro dessa concepção e, portanto, não é entendida como o desdobramento de alguma necessidade história evolutiva ou algo que o valha: “longe de ser o resultado necessário da evolução moral da humanidade, a democracia liberal é um conjunto de práticas contingentes” (Mouffe, 1993, p. 145, tradução nossa)<sup>16</sup>. Ou seja, para Mouffe não há qualquer superioridade moral ou racional que seja a causa da efetivação de tal ordenamento político no Ocidente. Mais do que uma evolução civilizacional, produto do bom uso da razão, realização de alguma essência política ou o que quer que os valha, as democracias ocidentais não passam da “expressão de uma configuração particular das relações de poder” (Mouffe, 2013, p. 2, tradução nossa)<sup>17</sup>. Configuração que é resultado da revolução democrática

<sup>15</sup> Original: create a chain of equivalence among the various democratic struggles against different forms of subordination. We argued that struggles against sexism, racism, sexual discrimination, and in the defence of the environment needed to be articulated with those of the workers in a new left-wing hegemonic project. [...]. This is what we meant by “radical and plural democracy”.

<sup>16</sup> Original: far from being the necessary result of a moral evolution of mankind, liberal democracy is an ensemble of contingent practices.

<sup>17</sup> Original: expression of a particular configuration of power relations.

previamente mencionada que passa a ser tomada como a articulação entre duas tradições distintas: a democrática e a liberal. Na visão da autora (1993, p. 10), inexistente alguma relação necessária entre o liberalismo e o pensamento democrático, sendo seus respectivos principais valores, a liberdade e a igualdade, apenas precariamente articulados. Quando esses dois valores assumem a posição de pontos nodais de uma articulação, teria-se uma democracia liberal:

O regime democrático liberal não se esgota em seu componente liberal. Pois consiste na articulação de dois elementos, o liberal constituído pelas instituições do estado liberal (estado de direito, separação de poderes, defesa dos direitos individuais) e o democrático da soberania popular e governo da maioria. Além disso, a liberdade e a igualdade, que constituem os princípios políticos do regime democrático liberal, podem ser interpretadas de muitas maneiras diferentes e classificadas de acordo com diferentes prioridades. Isso explica as múltiplas formas possíveis de democracia liberal (Mouffe, 1993, p. 150, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Porém, decorrente da não perfeita complementaridade entre os elementos, a relação entre essas tradições seria marcada por um tensionamento sempre presente, mesmo que ele tenha sido objeto de negligência e negação por parte dos liberais modernos. Entre aqueles que teriam observado essa tensão entre liberalismo e democracia, Mouffe (2000) aponta o filósofo e jurista Carl Schmitt. Baseando-se, sobretudo, nos textos de Schmitt denominados “A crise da democracia parlamentar” (1996) e “O conceito do político” (2008), Mouffe entende que Schmitt compreende que o pensamento democrático exige alguma forma de homogeneização social a fim de construir uma identidade coletiva que será tomada como *demos*, essa igualdade substancial pode ser expressa de diversas formas, sendo marcada desde o final do século XIX pela nacionalidade. Portanto, seriam parte do *demos* nas democracias contemporâneas aqueles que possuem a nacionalidade que os faz coincidir com o Estado-nação, sendo excluídos desse grupo todos que não atendam a esse critério. O valor da igualdade nas democracias existiria apenas através de um mecanismo de exclusão do diferente, a inclusão entre os iguais viria às custas de contraposição ao Outro que passaria a ser visto não apenas como estranho, mas na condição de inimigo, diferenciando-se dos “amigos” que compõem o mesmo *demos*. Tal concepção de igualdade eminentemente política rivalizaria com a concepção liberal que apresenta o atributo abstrato de pertencer à humanidade como critério para estabelecer uma

<sup>18</sup> Original: Liberal democratic regime is not exhausted by its liberal component. For it consists in the articulation of two elements, the liberal one constituted by the institutions of the liberal state (rule of law, separation of powers, defence of individual rights) and the democratic one of popular sovereignty and majority rule. Moreover, liberty and equality, which constitute the political principles of the liberal democratic regime, can be interpreted in many different ways and ranked according to different priorities. This accounts for the multiple possible forms of liberal democracy.

identidade coletiva, a de “ser humano”, visto por Schmitt como insuficiente dado que não aponta nenhum agente externo a ser objeto de oposição, por não poder construir uma lógica amigo/inimigo. Mais do que isso, a visão liberal é tomada como tendo a liberdade por base de sua pretensa igualdade imaterial, buscando como finalidade defender a autonomia individual, o que a coloca como obstáculo ao corpo homogêneo supostamente exigido para o bom funcionamento democrático. Em resumo, Schmitt apresenta uma contradição entre a identidade coletiva democrática pretensamente homogênea e o individualismo autônomo liberal, um desacordo irreconciliável entre igualdade e liberdade. Em outras palavras, o jurista alemão contrapõe liberalismo e democracia de tal maneira que um regime democrático parlamentar estaria fadado ao fracasso, sendo irrealizável já em sua proposta. Conforme coloca Mouffe (2000, p. 39, tradução nossa)<sup>19</sup>:

Schmitt afirma que há uma oposição insuperável entre o individualismo liberal, com seu discurso moral centrado em torno do indivíduo, e o ideal democrático, que é essencialmente político, e visa criar uma identidade baseada na homogeneidade. Ele afirma que o liberalismo nega a democracia e a democracia nega o liberalismo, e que a democracia parlamentar é um regime inviável, dado que consiste na articulação entre democracia e liberalismo.

Mouffe (2000, p. 53) descarta a conclusão schmittiana por entendê-la como ancorada em um falso dilema, porém retém elementos da crítica de Schmitt e assume que nela há importantes pontos para se consolidar e aprofundar as democracias liberais. Fazendo juz à ideia que já constava em sua obra com Laclau, a de que identidades são formadas de forma relacional-conflitiva, aponta que o jurista alemão acerta ao perceber que as identidades políticas se baseiam em um jogo de inclusão-exclusão antagônico e que esse arranjo é fundamental para a construção de uma democracia. Além disso, a pensadora enxerga que realmente há uma tensão última irresolúvel entre essa noção democrática que permite maiores igualdades materiais e o exercício da soberania popular frente à liberdade individual propagada pelo liberalismo. Contudo, esse diagnóstico deixa de ser considerado um problema, pois a autora entende que é dessa articulação paradoxal entre democracia e liberalismo que tanto liberdade quanto igualdade podem ter espaço simultâneo sem que o ideal democrático descambe para tirania ou que as garantias individuais apaguem a soberania popular. Ao contrário de uma anomalia com

<sup>19</sup> Original: Schmitt asserts that there is an insuperable opposition between liberal individualism, with its moral discourse centred around the individual, and the democratic ideal, which is essentially political, and aims at creating an identity based on homogeneity. He claims that liberalism negates democracy and democracy negates liberalism, and that parliamentary democracy, since it consists in the articulation between democracy and liberalism. Is therefore a non-viable regime.

fim inescapável, a democracia liberal passa a ser tomada como o regime que pode esquivar-se tanto de uma identidade completa quanto da pura diferença, como a forma de ordenamento político capaz de garantir um verdadeiro pluralismo social que conviva com o combate às relações de dominação. Sua precariedade e inevitável aspecto conflituoso passam a ser qualidades ao invés de defeitos. A filósofa (2000, p.10-1, tradução nossa)<sup>20</sup> atesta que:

Certamente, ao impedir o pleno desenvolvimento de suas respectivas lógicas, essa articulação representa um obstáculo às suas plenas realizações; tanto a liberdade perfeita quanto a igualdade perfeita tornam-se impossíveis. Mas essa é a própria condição de possibilidade de uma forma pluralista de coexistência humana em que os direitos possam existir e ser exercidos, em que a liberdade e a igualdade consigam de alguma forma coexistir.

Explicação que complexifica o porquê da revolução democrática ser resultado da articulação entre liberdade e igualdade, ela é fruto do paradoxo que caracteriza a relação de ambos os valores no qual seus excessos são anulados mutuamente enquanto suas existências se mantêm. Mouffe segue desejando aprofundar tal movimento para que ele permita a contestação de relações de dominação e é justamente em torno desse ponto que sua proposta de uma “democracia agonística” toma forma, um projeto que aos nossos olhos é o de buscar formas mais desejáveis de construir uma democracia liberal, ou seja, de articular liberalismo e democracia.

Tendo em vista o caráter contingencial e precário das articulações apresentado por Mouffe, haveria inúmeros modos de se operar as relações entre liberdade e igualdade, inclusive maneiras que buscam valorizar exageradamente um elemento em detrimento do outro ou até mesmo, sem sucesso, resolver o tensionamento inexpugnável. A partir das próprias críticas da filósofa (2006) ao que chama de “modelo deliberativo” e “modelo agregativo”, pode-se dizer que para ela as teorias deliberacionistas se encontrariam no último grupo, dado que almejam resolver esse paradoxo ignorando a lógica opositiva das identidades ao tentar construir um consenso neutro que acaba por ser excludente e apolítico enquanto as teorias elitistas são enquadradas no primeiro, já que exageram na relevância da questão da liberdade quase que apagando os aspectos democráticos das democracias liberais. Contra posturas desse tipo, a autora argumenta que é necessária a tomada de consciência do paradoxo entre liberalismo e

<sup>20</sup> Original: To be sure, by preventing the full development of their respective logics, this articulation represents an obstacle to their complete realization; both perfect liberty and perfect equality become impossible. But this is the very condition of possibility for a pluralist form of human coexistence in which rights can exist and be exercised, in which freedom and equality can somehow manage to coexist.

democracia juntamente a seu caráter constituinte do regime democrático ocidental moderno, pois ao valorá-lo adequadamente se faria possível proteger a revolução democrática e mesmo intensificá-la através de articulações mais desejáveis entre igualdade e liberdade. Mouffe (1993, p. 150, tradução nossa)<sup>21</sup> coloca que

Uma democracia pluralista é constantemente puxada em direções opostas: para a exacerbação das diferenças e desintegração de um lado; para a homogeneização e fortes formas de unidade de outro. Considero, como argumentei em outro lugar, que a especificidade da democracia moderna como uma nova forma política de sociedade, como um novo “regime”, reside precisamente na tensão entre a lógica democrática da igualdade e a lógica liberal da liberdade. É uma tensão que devemos valorizar e proteger, mais do que tentar resolver, porque ela é constitutiva da democracia pluralista.

Vale frisar que ao assumir a democracia liberal como o regime privilegiado capaz de construir uma sociedade mais justa e comprometer-se junto à mesma, Mouffe não pensa que essa modalidade de governo já tenha atingido o ápice de sua missão, pelo contrário. Seu objetivo é o de estabelecer articulações mais adequadas dentro dos próprios limites da democracia liberal, de reformá-la. Para aprofundar a revolução democrática como deseja, a filósofa acaba por denunciar perigos que rondariam os sistemas democráticos liberais bem como apresenta certas medidas que colaborariam com seu aprofundamento. Em primeiro lugar, estabelece a necessidade de se separar a contribuição do liberalismo à democracia liberal de outros discursos que por muitas vezes são apresentados como inerentes a ela:

[...] precisamos separar o que constitui a contribuição fundamental do pensamento liberal para a modernidade democrática - nomeadamente, o pluralismo e toda a espécie de instituições características do liberalismo político - dos outros discursos que são frequentemente apresentados como parte integrante da doutrina liberal (1993, p. 123, tradução nossa)<sup>22</sup>.

De acordo com Mouffe, a defesa do pluralismo e o estabelecimento de instituições liberais como o Estado Democrático de Direito marcam os traços fundamentais do liberalismo na construção das democracias ocidentais. Tudo aquilo que está articulado ao discurso liberal

<sup>21</sup> Original: A pluralist democracy is constantly pulled in opposite directions: towards exacerbation of differences and disintegration on one side; towards homogenization and strong forms of unity on the other. I consider, as I have argued elsewhere, that the specificity of modern democracy as a new political form of society, as a new 'regime', lays precisely in the tension between the democratic logic of equality and the liberal logic of liberty. It is a tension that we should value and protect, rather than try to resolve, because it is constitutive of pluralist democracy.

<sup>22</sup> Original: [...] we must separate what constitutes liberal thinking's fundamental contribution to democratic modernity - namely, pluralism and the whole range of institutions characteristic of political liberalism - from the other discourses that are often presented as forming an integral part of liberal doctrine.

que não seja uma dessas duas características deve ser posto em xeque, sobretudo o liberalismo econômico. A autora separa fortemente a face política da face econômica do liberalismo, afirmando que ambas não são de forma alguma intrínsecas, pois seu encontro teria se dado através de uma articulação historicamente construída, ou seja, contingente e precária. Mais do que isso, essa união seria um obstáculo para o aprofundamento do próprio movimento democrático: “a fim de desenvolver plenamente as potencialidades dos ideais liberais de liberdade individual e autonomia pessoal, precisamos [...] resgatar o liberalismo político de sua associação com o liberalismo econômico” (Mouffe, 1993, p. 7, tradução nossa)<sup>23</sup>. Esse juízo seria justificado pelas relações capitalistas serem a origem de várias relações de dominação, ou seja, alvo do que a revolução democrática visa combater, dando à teoria de Mouffe uma “dimensão socialista, já que é necessário colocar um fim nas relações capitalistas de produção, às quais são a raiz de numerosas relações de subordinação [...]” (Laclau; Mouffe, 1998, p. 178, tradução nossa)<sup>24</sup>. É possível considerar a sugestão pelo encerramento do capitalismo como o aspecto revolucionário de seu programa, aspecto que se combina ao caráter reformista no que diz respeito à forma de organização política<sup>25</sup>. Contudo, é importante ter em mente que progressivamente essa ideia passará a ter contornos mais brandos no decorrer da produção intelectual de Mouffe, tornando-se um componente amplamente secundário de suas análises e propostas - ocuparemos-nos disso em seção futura.

Além de buscar um movimento que desarticule elementos indesejáveis junto às contribuições liberais a uma democracia pluralista radical, Mouffe alerta para a necessidade de não permitir que os componentes liberais no sistema de governo ultrapassem desmedidamente em relevância sua contraparte democrática. Se os méritos da democracia liberal são enxergados pela pensadora como provenientes da combinação de liberalismo político e tradição democrática de uma forma na qual os projetos de nenhum dos dois se realize plenamente, resulta ser calamitoso procurar suplantar um frente ao outro. Para a autora, não se deve querer resolver o paradoxo entre igualdade e liberdade, mas apenas articulá-lo de forma a se produzir uma sociedade mais justa. Essa espécie de suplantação buscaria praticamente reduzir as democracias ocidentais a seus aspectos liberais, criando o que Mouffe chama de um “déficit democrático”:

<sup>23</sup> Original: in order to develop fully the potentialities of the liberal ideals of individual freedom and personal autonomy, we need to [...] rescue political liberalism from its association with economic liberalism.

<sup>24</sup> Original: socialist dimension, as it is necessary to put an end to capitalist relations of production, which are at the root of numerous relations of subordination [...].

<sup>25</sup> O pensamento de Mouffe separa as esferas política e econômica. Cf. Mouffe, 1993, p. 117.



A tendência dominante hoje em dia consiste em imaginar a democracia de maneira a identificá-la quase exclusivamente com o Estado de Direito e a defesa dos direitos humanos, deixando de lado o elemento da soberania popular, considerado como obsoleto. Isso criou um “déficit democrático” que, dado o papel central desempenhado pela ideia de soberania popular no imaginário democrático, pode ter efeitos muito perigosos na fidelidade às instituições democráticas. A própria legitimidade da democracia liberal se baseia na ideia de soberania popular e, como indica a mobilização de tal ideia por políticos populistas de direita, seria um grave erro acreditar que chegou a hora de renunciar a ela (Mouffe, 2000, p. 3-4, tradução nossa)<sup>26</sup>.

As reduções da democracia à existência da pluralidade e dos cidadãos a perseguidores de interesses pessoais negam às pessoas participação no poder governamental, deformando justamente aquilo que fundamentaria a democracia liberal. Não somente isso, pois na visão de Mouffe esse arranjo traria o risco de reduzir o prestígio democrático e desmobilizar as pessoas politicamente ou mesmo abrir espaço para outros agentes não democráticos buscarem se apropriar da noção de “soberania popular”, tão poderosa no mundo ocidental. Essa é parte da resposta que a filósofa entrega para explicar a ascensão da extrema-direita (ou dos populistas de direita como Mouffe (2000) também os chama) no mundo pós-crise do *subprime*: ela ganha espaço junto à população por assumir o discurso da soberania popular, fazendo-se passar pela única alternativa real ao sistema estabelecido, por ser capaz de sensibilizar indivíduos que não se sentem contemplados pela política liberal.

Resposta que somente é completa quando se olha para uma terceira necessidade vislumbrada pela autora: abandonar qualquer esperança de erradicar os conflitos sociais e políticos. O pluralismo seria mortalmente ferido num cenário de sucesso dessa pretensão, pois impediria o aparecimento do dissonante e do diferente, levando, por consequência, a algum nível de homogeneização. Mouffe estabelece ser impossível erradicar o conflito, sendo apenas viável alguma harmonia precária e temporária ou permanente e autoritária. A ilusão de uma harmonia pluralista e não autoritária, construída através da competição domesticada de interesses racionais ou de um consenso razoável deliberado, derivaria de uma compreensão exageradamente individualista e racionalista da realidade na qual tanto o caráter coletivo das identidades quanto o aspecto afetivo da política seriam negligenciados. No esquema da

<sup>26</sup> Original: The dominant tendency today consists in envisaging democracy in such a way that it is almost exclusively identified with the Rechtsstaat and the defence of human rights, leaving aside the element of popular sovereignty, which is deemed to be obsolete. This has created a 'democratic deficit' which, given the central role played by the idea of popular sovereignty in the democratic imaginary, can have very dangerous effects on the allegiance to democratic institutions. The very legitimacy of liberal democracy is based on the idea of popular sovereignty and, as the mobilization of such an idea by right-wing populist politicians indicates, it would be a serious mistake to believe that the time has come to relinquish it.

pensadora, as já referidas compreensão relacional das identidades e a inescapável presença de antagonismos em torno do contingente ordenamento social combinam-se: Mouffe afirma que o jogo político é um espaço de contenda entre diferentes grupos que constroem coletivamente suas identidades em contraposição aos seus rivais, identidades que são formadas não por juízos racionais de auto interesse ou promoção da razão pública, mas pela mais variada gama de afetos. Nos termos da autora (Mouffe, 2005, p. 6, tradução nossa)<sup>27</sup>:

O erro do racionalismo liberal é ignorar a dimensão afetiva mobilizada pelas identificações coletivas e imaginar que aquelas supostas “paixões” arcaicas estão fadadas a desaparecer com o avanço do individualismo e o progresso da racionalidade. [...] A política democrática não pode limitar-se a estabelecer compromissos entre interesses ou valores ou a deliberar sobre o bem comum; ela precisa ter uma real influência sobre os desejos e fantasias das pessoas.

Essa dimensão afetiva é denominada por Mouffe (2005, p. 24) como a das “paixões”. Para a filósofa, os políticos democratas têm a deixado de lado enquanto os extremistas reconhecem sua importância e abraçam-na, formando identidades coletivas através de afetos conectados à etnia, sexualidade ou religião. Identidades que são construídas voltadas para um conflito. A extrema-direita<sup>28</sup> não tem qualquer pudor em anunciar que atua para derrotar inimigos, sejam eles imaginários ou reais. Tal esfera precisaria ser reocupada pelos agentes democratas a fim de frear qualquer ascensão anti-democrática, pois enquanto o racionalismo deliberacionista e o individualismo elitista inibem interesse pela política, as paixões mobilizam os sujeitos. Nesse ponto, parece válido apresentar uma distinção importante do pensamento de Mouffe entre “o político” e “a política”. A perene origem passional da formação de identidades coletivas que se colocam antagonicamente frente a outras identidades recebe o nome de político enquanto política passa a designar a ordem social eventual resultante do político:

[...] por “político” eu me refiro à dimensão antagonica a qual eu tomo como constitutiva das sociedades humanas, enquanto por “política” eu quero dizer o conjunto de práticas e instituições através das quais uma ordem é criada, organizando

<sup>27</sup> Original: The mistake of liberal rationalism is to ignore the affective dimension mobilized by collective identifications and to imagine that those supposedly archaic 'passions' are bound to disappear with the advance of individualism and the progress of rationality. [...] Democratic politics cannot be limited to establishing compromises among interests or values or to deliberation about the common good; it needs to have a real purchase on people's desires and fantasies.

<sup>28</sup> Mouffe (1993, p. 5-6) chama de extrema-direita políticos que mobilizam paixões para fins anti-democráticos, ou seja, para a manutenção de relações de dominação ou até mesmo para a eliminação de seus adversários através da criação de identidades (tanto de si quanto do outro) calcadas em aspectos étnicos, nacionalistas ou religiosos. Vale notar que em Mouffe (2000) também chamará esses sujeitos de populistas de Direita.

a coexistência humana no conflito promovido pelo político (Mouffe, 2005, p. 9, tradução nossa)<sup>29</sup>.

O projeto da autora, o modelo agonístico de democracia, pode ser melhor compreendido agora: a fim de intensificar a revolução democrática seria preciso operar no âmbito do político visando construir uma expressão democrática do antagonismo social, o que produziria sujeitos passionalmente identificados com a democracia liberal. Tomando a democracia ocidental como articulação precária entre liberdade e igualdade que precisa ser protegida, Mouffe pretensamente afasta o discurso econômico liberal, a sobreposição do liberalismo por sobre a teoria democrática e qualquer esperança de uma harmonia final para abraçar o político, ou seja, uma realidade marcada pelo antagonismo entre diferentes grupos formados afetivamente. Contrapondo-se às visões tradicionais que apenas tratam da política, afirma que sendo o antagonismo inevitável, ele deve tornar-se compatível com o regime de governo desejado, uma expressão do conflito que favoreça e se concilie com o pluralismo, a soberania popular e o combate às relações de dominação:

A questão crucial, então, é como estabelecer essa distinção nós/eles, que é constitutiva da política, de forma compatível com o reconhecimento do pluralismo. O conflito nas sociedades democráticas liberais não pode e não deve ser erradicado, pois a especificidade da democracia pluralista é justamente o reconhecimento e a legitimação do conflito (Mouffe, 2013, p. 6-7, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Para o sucesso dessa empreitada, a pensadora propõe uma nova distinção, agora entre o “antagonismo” em si e o “agonismo”, sendo o primeiro um conflito de aniquilação entre inimigos e o segundo uma disputa entre adversários que buscam vencer um ao outro, mas não exterminar seu rival. A manifestação do antagonismo exclusivamente como agonismo marcaria uma democracia liberal saudável, na qual visões irreconciliáveis de mundo confrontariam-se através da política institucional sem que extremistas tenham chance de colocar-se. Com o objetivo de atingir esse formato de contenda, o pluralismo seria limitado por uma base comum: a de admitir apenas posturas democráticas, posturas que valorizem as ideias de liberdade e igualdade, mesmo que concebam sua articulação de maneira própria:

<sup>29</sup> Original: [...] by 'the political' I mean the dimension of antagonism which I take to be constitutive of human societies, while by 'politics' I mean the set of practices and institutions through which an order is created, organizing human coexistence in the context of conflictuality provided by the political.

<sup>30</sup> Original: The crucial issue then is how to establish this us/them distinction, which is constitutive of politics, in a way that is compatible with the recognition of pluralism. Conflict in liberal democratic societies cannot and should not be eradicated, since the specificity of pluralist democracy is precisely the recognition and the legitimation of conflict.

Eu proponho distinguir entre duas formas de antagonismo. antagonismo propriamente dito - que ocorre entre inimigos. isto é, pessoas que não têm um espaço simbólico comum - e o que chamo de “agonismo”. que é um modo diferente de manifestação do antagonismo porque envolve uma relação não entre inimigos, mas entre “adversários”. adversários sendo definidos de forma paradoxal como “inimigos amigáveis”. isto é, pessoas que são amigas porque compartilham um espaço simbólico comum, mas também inimigas porque querem organizar esse espaço simbólico comum de uma maneira diferente (Mouffe, 2000, p. 13, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Não é à toa que Mouffe advoga pela necessidade de haver claras diferenças entre os programas dos partidos em uma eleição, desejando restaurar até o mesmo o prestígio da divisão Esquerda-Direita. Em seu pensamento, apenas com projetos hegemônicos abertamente diversos em disputa agonística seria possível fazer com que as pessoas comuns se afetem e se interessem pelos temas políticos dentro de um prisma democrático. Caso contrário, os cidadãos perderiam interesse pela democracia e sua defesa ou seriam sequestrados por afetos anti-democráticos como os propostos pela extrema-direita ao longo dos últimos anos<sup>32</sup>. Proteger e intensificar a revolução democrática passam a ser atividades unificadas através do exercício de reavivar a política democrática como afetiva e agonística.

Em resumo, o modelo agonístico de democracia elaborado e defendido por Mouffe é um no qual as paixões e o antagonismo são admitidos como intrínsecos aos processos políticos, contudo são sublimados a formas democráticas de expressão, marcadamente ao que é chamado pela filósofa de agonismo. A seu ver, os outros modelos que menciona pecam ou por abrir mão da dimensão afetiva coletiva ou por negar o caráter conflituoso do social, sonhando com a realização de algum estágio último harmônico da vida política (que não diz respeito ao político). Ao fazerem isso, são obrigados a lidar com essas mesmas questões retornadas de maneira indesejável: através dos extremismos anti-democráticos. Sendo assim, o fundamental aos democratas seria mobilizar os cidadãos em torno de projetos conflitantes, mas que tivessem como base comum a valorização de alguma articulação entre liberdade e igualdade, negando espaço na esfera pública a projetos que fujam desse solo compartilhado.

<sup>31</sup> Original: I propose to distinguish between two forms of antagonism. antagonism proper - which takes place between enemies. that is, persons who have no common symbolic space - and what I call “agonism”. which is a different mode of manifestation of antagonism because it involves a relation not between enemies but between “adversaries”. adversaries being defined in a paradoxical way as “friendly enemies”. that is, persons who are friends because they share a common symbolic space but also enemies because they want to organize this common symbolic space in a different way.

<sup>32</sup> Não é difícil enxergar o papel desempenhado por mecanismos passionais nos movimentos de extrema-direita contemporâneos como o Bolsonarismo e o Trumpismo, muito menos perceber como a lógica nós-eles é empregada dentro desses movimentos através de uma ótica de inimigos e não de meros adversários.

## O QUE HÁ DE CONSERVADOR NO MODELO AGONÍSTICO DE MOUFFE?

Conforme demonstramos, Mouffe toma sua versão de democracia liberal representativa como a de uma democracia radical, pluralista e aberta às diferenças. Um arranjo político que conseguiria conciliar verdadeiras disputas com a garantia da ordem social e o combate às relações de dominação sem apelar para algum racionalismo excludente nem para uma secundarização da soberania popular. Consideramos contribuições de grande mérito sua tentativa de equacionar paixões e o conflito dentro de um arranjo democrático capaz de combater relações de dominação, sua denúncia dos aspectos autoritários do elitismo democrático e do deliberacionismo bem como dos perigos do racionalismo e do individualismo. No entanto, entendemos que sua proposta está menos distante intelectualmente dos modelos que critica do que pode parecer à primeira vista, especialmente em seus aspectos mais operacionais. Vimos que filósofa ataca o que chama de “déficit democrático”, ou seja, uma preponderância exagerada à identificação da democracia com o Estado de Direito e a defesa dos direitos humanos, relegando a soberania popular a um segundo plano. Tal déficit desestimularia o interesse das pessoas em geral na defesa da democracia e ofereceria oportunidades aos populistas de Direita para dominar o campo das paixões, acarretando, entre outras consequências, em um enfraquecimento da luta contra as relações de dominação. Em nossa visão, Mouffe acaba por favorecer esse exato mesmo déficit - ainda que busque opor-se a ele. Principalmente em suas obras mais recentes, a autora acaba por interditar a contestação do próprio jogo político dado e deslegitimar ações populares que escapem ao esquema por ela desenhado. Ao fazê-lo, restringe e constrange forças sociais de mudança, indo em direção contrária ao combate das relações de dominação. A contragosto, seu modelo teórico conserva, ainda que parcialmente, o que enuncia contrapor. Nos próximos parágrafos exploraremos trechos e aspectos de sua produção que sustentam nossa interpretação a fim de tornarmos explícitos os argumentos que constroem nossa posição.

O modelo agonístico de Mouffe impõe como necessário fazer o antagonismo assumir formas democráticas e, com esse fim, estabelece um solo comum que deve ser assumido por todos os agentes políticos. Dessa maneira, espera banir atores não democráticos, escapar de um pluralismo da pura diferença e ao mesmo tempo formar uma identidade coletiva democrática que tenha um Outro a se contrapor. Ao lidar com a questão dos limites do pluralismo, a autora

(1993, p. 145, tradução nossa)<sup>33</sup> afirma que “não é minha intenção defender um pluralismo total e não acredito ser possível deixar de excluir alguns pontos de vista. Nenhum estado ou ordem política, mesmo liberal, pode existir sem algumas formas de exclusão”. O critério para distinguir quem deve ser incluído ou excluído da cena política, conforme já fora anteriormente mencionado, é o de trabalhar com uma articulação dos valores de liberdade e igualdade. Essa característica seria inegociável, seus status chega a ser mesmo o objeto de um consenso, sendo esse termo em específico utilizado por Mouffe (1993, p. 151, tradução nossa)<sup>34</sup>: “Eu gostaria de ver a criação de um amplo consenso em torno dos princípios da democracia pluralista”. O consenso em torno dos princípios é a pedra angular do exercício democrático no modelo agonístico, os agonismos acontecem apenas entre quem dele participa, as discordâncias ocorrem tendo ele como base. Não se pode discordar de quais são os valores primordiais a serem defendidos, tão só é facultado o dissenso acerca de como esses mesmos valores devem ser articulados e materialmente constituídos. Esse acordo mínimo para um desacordo futuro recebe o nome de “consenso conflituoso”:

Embora o consenso seja sem dúvida necessário, ele deve ser acompanhado de dissenso. O consenso é necessário sobre as instituições que são constitutivas da democracia liberal e sobre os valores ético-políticos que devem participar da associação política. Mas sempre haverá discordância sobre o significado desses valores e a forma como eles devem ser implementados. Este consenso será, portanto, sempre um “consenso conflituoso” (Mouffe, 2013, p. 8, tradução nossa)<sup>35</sup>.

É assim que o modelo restringe quais são os conflitos aceitáveis entre adversários e quais contestações tornam alguém um inimigo, ou seja, um sujeito alienígena ao mundo democrático. O jogo da democracia só pode operar dentro das linhas traçadas por essas regras fundamentais.

Com o tempo, as obras de Mouffe passam a incluir as próprias existências das instituições liberais como parte do consenso conflituoso, ou seja, as colocam fora de contestação, blinda-as. Contrariamente ao que ocorria nas primeiras fases de seu pensamento, a autora chega a defender a democracia representativa como o formato ideal das democracias

<sup>33</sup> Original: It is not my intention to advocate a total pluralism and I do not believe it is possible to avoid excluding some points of view. No state or political order, even a liberal one, can exist without some forms of exclusion.

<sup>34</sup> Original: I would like to see the creation of a wide consensus around the principles of pluralist democracy.

<sup>35</sup> Original: While consensus is no doubt necessary, it must be accompanied by dissent. Consensus is needed on the institutions that are constitutive of liberal democracy and on the ethico-political values that should inform political association. But there will always be disagreement concerning the meaning of those values and the way they should be implemented. This consensus will therefore always be a “conflictual consensus”.



liberais<sup>36</sup> (Mouffe, 2013, p. 75-77), em atualizações de sua teoria que buscam apresentar maior factibilidade à sua proposta. Torna-se difícil não perceber como as limitações, progressivamente maiores, sobre os desacordos se assemelham às que estão presentes em posições por ela criticadas como a dos liberais em geral ou, no limite e em determinados aspectos, como a de Rawls<sup>37</sup>. No que diz respeito a essa questão, Luís Felipe Miguel (2017, p. 16) acertadamente afirma que

[...] a obra de Mouffe não ultrapassa uma acomodação com a virada consensualista da teoria política. Sua distinção entre o “antagonismo” disruptivo, que precisa ser evitado, e o “agonismo” que deve ser aceito, reintroduz a exigência de um consenso de base - não muito distante da leitura liberal convencional, da defesa das regras do jogo (Bobbio, 1986 [1984]) ou da aceitação por todos de que a concorrência democrática é “*the only game in town*”, para usar a expressão célebre de Adam Przeworski (1991, p. 26).

Para Mouffe, essa espécie de crítica não perceberia as nuances entre competidores e adversários, porém isso nos parece muito mais uma deficiência de sua própria teoria, que sofre em demonstrar tais diferenças, do que das interpretações realizadas. Em relação a uma suposta similitude com Rawls, a autora deixa claro que seu consenso não é ético-racional, mas político, pois assevera: “não acredito que tal consenso deva ser fundamentado na racionalidade e unanimidade ou que deva manifestar um ponto de vista imparcial” (Mouffe, 1993, p. 151, tradução nossa)<sup>38</sup>. No entanto, se o consenso conflituoso é meramente político e o político é o lugar do irreconciliável, ele também deveria estar em condições de ser contestado nas suas mais elementares constituições e não apenas a partir delas. Mais do que isso, sem poder recorrer a uma justificativa ética para a escolha de privilegiar os valores de liberdade e igualdade, não julgamos haver a apresentação de alguma resposta satisfatória para evitar a conclusão de que esses princípios “pairam no vazio” (Miguel, 2017, p. 30). Torna-se problemático inclusive a saída de justificar tal posicionamento através da promessa anunciada ainda nas obras com Laclau: a de que esse valores articulados são eficazes em desnaturalizar e atacar relações de subordinação. Isso porque se há a criação de um consenso primeiro inatacável, boa parte dos problemas concernentes à teoria deliberativa enunciados por Mouffe retornam sejam eles pela restrição em torno de alguns assuntos sejam pelo reforço silencioso de determinadas injustiças

<sup>36</sup> Esse ponto ainda será melhor explorado bem como a tentativa, em nossa opinião pouco frutífera, da filósofa em flexibilizar seu posicionamento ao tratar de política internacional.

<sup>37</sup> Temos em mente, sobretudo, o pensamento rawlsiano expresso em *O Liberalismo Político* (2000).

<sup>38</sup> Original: I do not believe that such a consensus should be grounded on rationality and unanimity or that it should manifest an impartial point of view.

e desigualdades. A autora afirma que “ao invés de tentar apagar os rastros do poder e da exclusão, a política democrática exige que eles sejam trazidos à tona, tornando-os visíveis para que eles possam entrar no terreno da contestação” (Mouffe, 1993, p. 149, tradução nossa)<sup>39</sup>, mas acaba realizando justamente o que busca evitar, naturalizando a seu próprio modo dominações que poderiam receber o adjetivo de ilegítimas.

Enquanto na produção dos anos 1980 de Mouffe há uma clara e ampla prioridade em combater as relações de dominação mesmo que profundas e estruturantes, em suas obras posteriores, especialmente as da década de 2010, essa questão parece menos relevante. Por exemplo, o clamor pelo fim do capitalismo transforma-se em uma preocupação para que os poderes financeiros não corrompam a democracia liberal, assim como manifestações violentas passam a ser vistas como a-políticas e a democracia representativa recebe inúmeros elogios. Compreendemos que o conflito, originalmente exaltado como força positiva para modificar o mundo para melhor, entra em uma chave interpretativa na qual sua existência é inevitável e desconfortável, sendo necessário acomodá-lo socialmente da melhor forma possível. Preocupada em desenvolver o caráter operacional do modelo agonístico, entendemos que a filósofa acaba por castrar seu programa. Confrontada com a problemática de como conciliar a diferença e o funcionamento satisfatório da ordem social, passa a temer o conflito, admitindo apenas disputas domesticadas. Ao recluir e inviabilizar forças disruptivas, Mouffe abdica de potencialidades transformadoras que apenas manifestações que fogem às regras do jogo podem comportar.

O clamor manifestado pela autora em relação a ser preciso formar indivíduos democráticos através de mecanismos passionais também pode ser tomado dentro desse prisma. Mouffe (2000, p. 73) defende que várias e diversas formas de exercer a cidadania democrática devem receber espaço e que as instituições democráticas precisam estar preparadas para lidar com todas elas, exigindo somente que essas novas formas possam “obedecer às regras”<sup>40</sup>, ou seja, que não coloquem a base do consenso conflituoso em xeque. A melhor maneira de garantir o não surgimento desses rebeldes seria a de, já de saída, formar sujeitos que sejam democratas liberais, a de moldar indivíduos que se identifiquem com as instituições liberais e sequer cogitem atacá-las. Como reconhece a filósofa (1993, p. 151, tradução nossa)<sup>41</sup>: “A verdadeira

<sup>39</sup> Original: Instead of trying to erase the traces of power and exclusion, democratic politics requires that they be brought to the fore, making them visible so that they can enter the terrain of contestation.

<sup>40</sup> Original: Obeying the rules.

<sup>41</sup> Original: The real task, in my view, is to foster allegiance to our democratic institutions (...) by creating strong forms of identification with them.

tarefa, a meu ver, é promover a fidelidade às nossas instituições democráticas [...] criando fortes formas de identificação com elas”. Empreitada que só pode obter êxito através da mobilização de paixões, o que leva Mouffe (1993, p. 10, tradução nossa)<sup>42</sup> a afirmar que seria preciso “‘sublimar’ essas paixões, mobilizando-as para desígnios democráticos, criando formas coletivas de identificação em torno de objetivos democráticos”. É ao menos latente, então, a intenção de se chegar em algum nível de homogeneização primeira dos cidadãos, admitindo apenas diferenças posteriores em torno de práticas como as religiosas, econômicas, éticas e até mesmo políticas desde que aquilo que é tido como democracia seja resguardado. Afirmar que o modelo agonístico é verdadeiramente pluralista porque permite discordância sobre como os valores predominantes devem ser articulados ao mesmo tempo em que nele não são aceitos sujeitos que busquem elevar outros elementos a esse *status* não parece adequado quando a própria existência desses sujeitos é vista como nociva. Novamente, compreendemos que o temor da pensadora em torno das forças disruptivas deforma sua proposta, pois onde deveria haver um pluralismo de fato, surge, ainda que brandamente, uma uniformização dos cidadãos. Tanto o pluralismo quanto o conflito deixam de ser o solo teórico para aparecerem em roupagem domesticada e despotencializada.

É apropriado indagar-se acerca do porquê Mouffe estabelece com tamanho rigor a necessidade de haver um consenso primeiro e da realização de um movimento homogeneizador condicionado a ele nas democracias. Já explicitamos que compreendemos essas ferramentas como mecanismos usados pela filósofa para escapar de uma situação de caos social, são as respostas da autora para garantir o mínimo de ordem que julga necessário e, ao mesmo tempo, tentar fazer progredir a revolução democrática ou, ao menos, garantir a existência das democracias liberais protegendo-as das investidas da extrema-direita. O modelo opera com uma uniformização inicial em relação a menos questões para poder impedir homogeneizações posteriores mais amplas, como as que ocorrem em regimes ditatoriais. Porém, em sua obra conjunta com Laclau essas preocupações já existiam sem que um fechamento ao diferente fosse proposto tão estritamente. Acreditamos que tal mudança conservadora ocorre devido, especialmente, à interpretação que a filósofa faz do pensamento de Ludwig Wittgenstein.

Vale notar que o interesse de Mouffe pelo pensamento do filósofo austríaco se concentra em sua produção “tardia”, exemplificada pela obra “*Philosophical Investigations*” (2009). Nela,

<sup>42</sup> Original: [...] to “sublimate” those passions by mobilizing them towards democratic designs, by creating collective forms of identification around democratic objectives.

Wittgenstein distancia-se de sua noção anterior de linguagem como sistema unificado e de sentido atrelado a estruturas lógicas, substituindo-a por uma visão de linguagem como multiplicidade e de sentido situado vinculado às práticas sociais. Resumidamente, Mouffe (2000, p. 67-70) alega que Wittgenstein compreende a linguagem como composta de múltiplos “jogos de linguagem”<sup>43</sup>, sendo eles definidos como usos específicos da linguagem que combinam elementos linguísticos e extralinguísticos. Como é da natureza de todo jogo, os que participam dos jogos de linguagem o fazem condicionados por um conjunto de regras, conjuntos estes que por sua vez estariam sempre vinculados a um contexto histórico-cultural específico denominado pelo autor como “forma de vida”<sup>44</sup>. Mais do que isso, os próprios jogos de linguagem estariam inseridos em determinadas formas de vida que lhes corresponderiam, sendo impossível que um sujeito participasse de um jogo sem experienciar a forma de vida a qual ele diz respeito. Como coloca Wittgenstein (2009, p. 11e, tradução nossa)<sup>45</sup>: “imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida”. As maneiras como um grupo enxerga e representa o mundo são incluídas nesse conceito de forma de vida, havendo, assim, determinadas condições para que dois indivíduos possam compreender-se e estabelecer uma relação discursiva minimamente inteligível. Caso essas condições não sejam preenchidas, então qualquer comunicação estaria fadada ao fracasso: “Se um leão pudesse falar, nós seríamos incapazes de entendê-lo” (Wittgenstein, 2009, p. 235e, tradução nossa)<sup>46</sup>. Vale notar que tanto os jogos de linguagem quanto as formas de vida seriam mutáveis, sendo constantemente alteradas pelas próprias práticas dos jogadores, ou seja, não possuindo regras fixas.

As interpretações existentes em torno do conceito de forma de vida e suas consequências são alvo de grande debate entre os leitores e comentadores de Wittgenstein<sup>47</sup>, o que nos concerne aqui é apenas a interpretação que Mouffe faz dessa noção. Entendemos que a opção por vedar a comunicação entre sujeitos pertencentes a diferentes formas de vida é polêmica e confere ar relativista ao filósofo citado, porém não temos qualquer intuito de avaliar se essa escolha é adequada ou não, apenas o de a utilizamos aqui para voltar ao próprio pensamento da filósofa. Dentro dessa chave de leitura, a obra do autor austríaco é tida como contestadora da universalidade da razão, atribuindo a ela elementos a-rationais e históricos bem como estabelecendo a existência de questões anteriores, ou no mínimo concomitantes, ao diálogo para

<sup>43</sup> Original: Language-games.

<sup>44</sup> Original: Form of life.

<sup>45</sup> Original: [...] to imagine a language means to imagine a form of life.

<sup>46</sup> Original: If a lion could talk, we wouldn't be able to understand it.

<sup>47</sup> Cf. Tonner, 2017.

que ele possa ocorrer, não havendo uma única estrutura lógica subjacente à linguagem. Ao se inspirar nessa interpretação para pensar a política, Mouffe parece concluir que a democracia liberal se comporta como um jogo de linguagem, tendo características e exigências aproximadas com as descritas por Wittgenstein. Além disso, adiciona aos conteúdos das formas de vida comprometimentos éticos que só podem ser firmados através do exercício de um *ethos* específico. A consequência de tal postura para a democracia seria a necessidade de um consenso conflituoso que envolva a subjetividade em si das pessoas, pois quem não for constituído como um sujeito democrático sequer entenderá seu valor. Só podem ser adversários ao invés de inimigos aqueles que compartilhem da mesma forma de vida. A disputa agonística teria como característica acontecer dentro das regras do jogo, assemelharia-se a uma luta de boxe ou a uma partida de xadrez. O aumento da severidade dos limites impostos pelo modelo agonístico é explicado pela suposta necessidade de fazer com que todos os indivíduos compartilhem a mesma forma de vida liberal-democrática para poderem participar do “conflito-jogo” que seria a atividade política. Essa é nossa leitura do porquê Mouffe apela para a homogeneização anteriormente analisada, contrariando a apresentação de sua teoria como uma que combateria as uniformizações.

A fim de enxergar melhor como a postura do modelo agonístico constitui-se aos nossos olhos como tendo traços de autoritarismo, pode-se contrastar a posição de Mouffe com a de outro intelectual também influenciado por Wittgenstein: Jean-François Lyotard. Tal autor notabilizou-se por seu diagnóstico da crise das “grandes narrativas” e sua rejeição ao totalitarismo de qualquer tipo que fosse. Teve entre seus projetos intelectuais pensar sobre como se relacionam linguagem, justiça e testemunho num mundo posterior aos horrores da Segunda Guerra e à revelação do autoritarismo estalinista. Nesse contexto, Lyotard (1988) apropriou-se do conceito wittgensteiniano de jogos de linguagem e pressupôs a existência de vários gêneros de discurso radicalmente heterogêneos entre si ao ponto de não ser possível traduzir um termo que exista em um gênero para outro. Ou seja, entra em acordo com Mouffe sobre a impossibilidade de que sujeitos operando em diferentes jogos de linguagem possam comunicar-se apropriadamente. Contudo, ao contrário da filósofa belga, não conclui daí que o ideal seja procurar algum jogo a ser privilegiado para funcionar como a forma de discurso comum ao ambiente político, muito pelo contrário: “Não há unidade na linguagem; existem ilhas de linguagem, cada uma regida por um regime diferente, intraduzível nas outras. Essa dispersão é boa em si mesma e deve ser respeitada. É mortal quando um regime frasal prevalece sobre os

outros” (Lyotard, 1993, p. 20, tradução nossa)<sup>48</sup>. O filósofo compreende que quando um jogo de linguagem se sobrepõe aos demais, o que se tem é uma injustiça, pois cria-se o silêncio, cala-se a diferença, suprime-se o instável e toda possibilidade de novidade. Nessa perspectiva, os silenciados não deveriam ser excluídos, mas sim de alguma forma sentidos, seria preciso encontrar caminhos para se expressarem. Lyotard (1988, p. 13, tradução nossa)<sup>49</sup> chega ao ponto de anunciar que “o que está em jogo na literatura, na filosofia, talvez na política é testemunhar [...] por eles”. Mesmo atentando-se de forma grosseira e em linhas muito gerais para essa proposta, impõe-se evidente como aquilo que é exaltado por Lyotard é para Mouffe objeto de preocupação, as disputas e diferenças só podem existir dentro de seu programa em formato domesticado ou então devem ser alvo de exclusão. A autora inclusive cita nominalmente o filósofo francês, alegando que a sua compreensão de que existem vários jogos de linguagem irreconciliáveis na sociedade seria um impeditivo para qualquer articulação política:

Mas também evita o outro extremo - representado, talvez, em sua forma mais pura no particularismo de Lyotard, cuja concepção de sociedade como consistindo em uma pluralidade de jogos de linguagem incommensuráveis, cujas interações só podem ser concebidas como danos, torna impossível qualquer rearticulação política (Laclau; Mouffe, 2001, p. xiii, tradução nossa)<sup>50</sup>.

Contudo, Mouffe parece levar em conta críticas como as que tecemos aqui, procurando apresentar possíveis respostas a elas. Na obra *Agonistics: Thinking the world politically*, dedica todo um capítulo (2013, p. 19-41) para refletir sobre como seu modelo agonístico pode ser útil aos pensadores das relações internacionais, especialmente aqueles que têm o intuito de rebater teorias cosmopolitas que sonham com uma plena harmonia mundial. Ao fazer isso, coloca que tanto na política internacional quanto na doméstica os conflitos são inevitáveis e o que se deve fazer é transformá-los em formas agonísticas de disputa, evitando manifestações antagônicas: “a tarefa crucial, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, é a de encontrar maneiras de lidar com os conflitos a fim de minimizar a possibilidade de que eles assumam uma forma antagônica” (Mouffe, 2013, p. 23, tradução nossa)<sup>51</sup>. O percurso para a construção de relações

<sup>48</sup> Original: There is no unity to language; there are islands of language, each of them ruled by a different regime, untranslatable into the others. This dispersion is good in itself, and ought to be respected. It is deadly when one phrase regime prevails over the others.

<sup>49</sup> Original: What is at stake in a literature, in a philosophy, in a politics perhaps, is to bear witness [...] for them.

<sup>50</sup> Original: But it also avoids the other extreme - represented, perhaps, at its purest in the particularism of Lyotard, whose conception of society as consisting in a plurality of incommensurable language games, whose interactions can be conceived only as tort, makes any political rearticulation impossible.

<sup>51</sup> Original: [...] the crucial task both in the domestic and international domain is to find ways to deal with conflicts so as to minimize the possibility that they will take an antagonistic form.



adversariais, no entanto, diferencia-se no contexto local em relação ao global. A autora admite ser impossível construir um consenso conflituoso basilar entre todas as nações, dado que isso exigiria uma comunidade política mundial inexistente e que só poderia materializar-se caso as maneiras de ser do Ocidente fossem impostas e universalizadas. Em nossa visão, isso significa que Mouffe compreende que o consenso conflituoso pressupõe a imposição de alguma homogeneização no que diz respeito à forma de vida dos que tomam parte, assim como entende essa imposição ser em algum nível violenta, tendo em vista que a filósofa rechaça qualquer argumento que apresente determinado modo de ser e viver como racionalmente superior ao outro, sendo sua adoção um mero resultado do progresso humano. Enquanto valora o expediente da uniformização como válido tratando-se de uma comunidade política local, não o endossa a nível global pelas suas possíveis consequências indesejadas de aculturação.

A sugestão dessa consciência por parte Mouffe é apenas um dos pontos aos quais esse capítulo pode acrescentar à discussão aqui travada. Se a autora nega a si a utilização do consenso conflituoso para construir o ambiente agonístico precisa substituí-lo, sendo possível esperar uma solução menos autoritária e mais aberta ao diferente. No entanto, sua resposta ao desafio acaba por ser aquém do que deveria, fragilidade que em certo sentido é apontada pela própria filósofa ao dizer que lida com questões que “são, sem dúvida, muito controversas, e certamente não é minha intenção resolvê-las” (Mouffe, 2013, p. 39, tradução nossa)<sup>52</sup>. Primeiro, Mouffe abre espaço para outros modelos democráticos em diferentes culturas que não sejam o liberal e sua interpretação de direitos humanos. Em seguida, afirma que haveria a necessidade desses outros regimes democráticos possuírem valores e instituições que cumprissem a função dos valores de liberdade e igualdade, bem como algum substituto para os direitos humanos. Menciona então o trabalho do filósofo francês François Jullien<sup>53</sup> no qual o pensador interpreta que em alguns lugares do Oriente o conceito de harmonia substitui o de liberdade na organização social assim como a obra do teólogo indo-catalão Raimon Panikkar<sup>54</sup> em que são exploradas elaborações não europeias de algo que seria equivalente aos direitos humanos. Sem

<sup>52</sup> Original: are no doubt very controversial, and it is certainly not my intention to settle them.

<sup>53</sup> Filósofo e sinólogo francês, Jullien pesquisa acerca de pontos de aproximação, distanciamento e conflito entre o pensamento ocidental e tradições chinesas ou orientais em geral a fim de que nesses “entres” o “impensado” dos cânones possa se apresentar. Mouffe (2013) faz referência a dois de seus textos: “Universels, les droits de l’homme?” (2008a) e “De l’universel, de l’informe, du common et du dialogue entre les cultures” (2008b).

<sup>54</sup> Filósofo e teólogo catalão de origem indiana, Panikkar foi um importante nome do diálogo inter-religioso e grande estudioso da teologia pluralista das religiões, especialmente no que se trata da relação cristã-hindu. Desenvolveu uma filosofia da pluralidade radical, defendendo a convivência entre mundos culturais e espirituais distintos. Mouffe (2013) referencia seu texto “Is the Notion of Human Rights a Western Concept?” (1982).

necessariamente afiançar as conclusões dos dois autores, a filósofa utiliza-os para imaginar a possibilidade de democracias em que a noção de soberania popular se articulasse com os substitutos da liberdade e dos direitos humanos, tendo-se assim o mínimo de concordância entre as nações. Essa solução de encontrar suplentes para o elemento da liberdade como o valor de harmonia de forma alguma apresenta-se a nós enquanto satisfatória, pois entra em colisão com boa parte das elaborações prévias de Mouffe acerca do que é democracia<sup>55</sup>, especialmente no que diz respeito aos perigos de se objetivar uma sociedade harmônica. Além dessa questão que julgamos como uma inconsistência teórica, parece-nos haver a exigência de uma boa vontade excessiva para que seja possível encontrar os equivalentes aos valores ocidentais sem os desfigurar, ação que é supostamente realizada no texto da autora por dois homens nascidos em solo europeu. Tal saída capenga para suplantar o recurso do consenso conflituoso, que no fundo ainda precisa de uma concordância supranacional sobre ter valores com funções similares, só reforça em nós a leitura de que a intelectual belga não é capaz de lidar satisfatoriamente com a diferença e o conflito sem ser por domesticação, por um esquema que comprometa seus efeitos transformadores que por ela mesmo são exaltados. Acaba por enfraquecer a luta contra as relações de dominação que busca promover.

Traços de conservação social que mais se evidenciam quando Mouffe (2013) analisa movimentos de protesto do século XXI como o dos *Piqueteros*<sup>56</sup>, dos *Indignados*<sup>57</sup> e os *Occupy*<sup>58</sup>. Todos eles possuem em comum uma nova dinâmica de protesto marcada pela espontaneidade e horizontalidade, ausência de um claro projeto centralizado propositivo e uma profunda descrença frente ao sistema político institucional. Características que os afastam do que a filósofa entende que a Esquerda política deveria fazer, pois a autora defende uma proposta baseada na necessidade de engajar-se e transformar as instituições políticas liberais que a esses movimentos são alvo de ataque: “Eu defendo uma estratégia de ‘engajamento com’”. Tal estratégia inclui uma multiplicidade de movimentos contra-hegemônicos visando uma

<sup>55</sup> Ponto largamente comentado no presente texto. Para complementar o que já foi exposto, é possível destacar um trecho do capítulo *On the Articulation between Liberalism and Democracy* da obra *The Return of the Political* (1993, p. 104-105) no qual Mouffe é taxativa em colocar as liberdades individuais e as instituições liberais como indispensáveis a fazer com que a soberania popular não descambe em tirania.

<sup>56</sup> Movimento popular argentino que eclodiu em 2001. Carregando o slogan “*Que se vayan todos, que no quede ni uno sólo*”, os *piqueteros* encarnavam uma grande revolta contra todo o sistema político do país, também contemplando várias reivindicações econômicas.

<sup>57</sup> Nome dado a uma série de protestos espontâneos ocorridos na Espanha a partir de 2011 nos quais havia grave insatisfação em relação ao sistema político espanhol. Também houveram variadas reivindicações econômicas e sociais.

<sup>58</sup> Originalmente surgido em Nova Iorque no ano de 2011, os *occupy* foram protestos populares ao redor do mundo contestando o sistema econômico e financeiro e seu poder de influenciar os governos ditos democráticos.

transformação profunda, não uma deserção, das instituições existentes” (Mouffe, 2013, p. xvi, tradução nossa)<sup>59</sup>. Mais do que isso, para Mouffe (2013, p. 17, tradução nossa)<sup>60</sup> “O que caracteriza a política democrática é o confronto entre projetos hegemônicos conflitantes”, o que implica na falta de uma proposta clara também ser assumida como problemática. Para a pensadora, os movimentos políticos de Esquerda precisam disputar as instituições liberais, não podendo lutar por alternativas reais a elas, assim como devem ter um projeto a realizar sobre essas instituições. Movimentos espontâneos apenas críticos, visando o fim de certas práticas sem apresentar alternativas para as substituir não seriam bem-vistos, pois acabariam sendo ineficazes ou até mesmo correriam o risco de serem instrumentalizados pela extrema-direita. Outro problema de manifestações dessa espécie seria a incapacidade de criar uma identidade coletiva, dado que a dispersão de demandas impediria o estabelecimento de pontos nodais para uma articulação política. De acordo com Mouffe (2013, p. 75, tradução nossa)<sup>61</sup>, as ações extra institucionais devem existir apenas com o intuito de combinarem-se com ações institucionais a fim de modificar as próprias instituições:

[...] através de uma combinação de lutas parlamentares e extraparlamentares, devemos provocar uma profunda transformação dessas instituições, de modo a torná-las um veículo para a expressão das múltiplas reivindicações democráticas que estendessem o princípio da igualdade a quantas relações sociais forem possíveis. É assim que a política radical é concebida pela abordagem hegemônica, e tal projeto requer um engajamento agonístico com as instituições.

Até mesmo a decisão de não participar dos jogos eleitorais seria contraproducente (Mouffe, 2013, p. 76), relegando os movimentos à certa inexpressividade social. Mouffe não vislumbra qualquer vantagem em ações que escapem do consenso conflituoso e de sua forma de vida, pelo contrário, busca domesticar essas iniciativas para que se acomodem ao jogo democrático representativo. Há por parte da autora uma incapacidade de compreensão sobre as energias agressivas dentro desses movimentos, para ela a violência só aparece porque na ausência de algum discurso que fosse capaz de canalizar a agressividade, ela surgiria quando a

<sup>59</sup> Original: I advocate a strategy of “engagement with”. Such a strategy includes a multiplicity of counter-hegemonic moves aiming at a profound transformation, not a desertion, of existing institutions.

<sup>60</sup> Original: What characterizes democratic politics is the confrontation between conflicting hegemonic projects [...].

<sup>61</sup> Original: [...] through a combination of parliamentary and extra-parliamentary struggles we must bring about a profound transformation of those institutions, so as to make them a vehicle for the expression of the manifold of democratic demands which would extend the principle of equality to as many social relations as possible. This is how radical politics is envisaged by the hegemonic approach, and such a project requires an agonistic engagement with the institutions.

política já falhou não possuindo qualquer aspecto positivo. Ao tratar sobre uma revolta juvenil ocorrida nas periferias francesas contra a violência policial, a pensadora (2013, p. 121, tradução nossa)<sup>62</sup> afirma:

O que surpreendeu muitos observadores foi que sua revolta parecia uma expressão pura de violência cega, sem reivindicações específicas. Os desordeiros tinham tão pouca fé na política que nem formularam nenhuma exigência. Acho que isso pode ser explicado pelo fato de que nenhum discurso estava disponível para eles articularem politicamente sua raiva. Ela só poderia ser expressa através da violência.

Para Mouffe, o que manifestantes desse tipo desejariam, mesmo sem saber conscientemente, seria alguma espécie de inclusão no jogo democrático liberal e não atacar o jogo em si. Tudo se resumiria a uma questão de “dar voz” aos excluídos, incluí-los no estabelecido que seria, no máximo, reformado. Bastaria construir formas melhores de representação, fazer com que a democracia liberal recebesse esses revoltosos e se adaptasse a eles ao passo que eles também se adaptassem a ela, assim toda a violência desapareceria e só a disputa adversarial teria espaço. Opera-se uma redução da contestação política aos modos de funcionamento das instituições representativas, mas nunca a elas enquanto tais. Redução essa que torna-se evidente nos excertos abaixo:

Sugiro que os protestos atuais podem ser lidos como um apelo pela radicalização das instituições democráticas liberais, não pela sua rejeição. O que eles exigem são formas de representação melhores e mais inclusivas. Para satisfazer seu desejo por uma voz, as instituições representativas existentes devem ser transformadas assim como novas devem ser estabelecidas [...].

Existem setores da população jovem cujos interesses não são levados em conta pelo atual sistema de representação, e já é hora de encontrar espaços no quadro democrático liberal para que articulem suas reivindicações de forma política [...].

Eles não veem que o problema diz respeito ao modo como as instituições representativas funcionam no momento, quando tantas vozes são excluídas da representação (Mouffe, 2013, p. 120-125, tradução nossa)<sup>63</sup>.

É curioso notar como todos esses movimentos espontâneos são reduzidos por Mouffe a um clamor por participação naquilo que já existe ao invés da vontade de se construir algo novo.

<sup>62</sup> Original: What surprised many observers was that their revolt looked like a sheer expression of blind violence without any specific claims. The rioters had so little faith in politics that they did not even formulate any demands. I think that this can be explained by the fact that no discourse was available for them to politically articulate their anger. It could only be expressed through violence.

<sup>63</sup> Original: I suggest that current protests can be read as a call for a radicalization of liberal democratic institutions, not for their rejection. What they demand are better, more inclusive forms of representation. To satisfy their desire for a voice existing representative institutions have to be transformed and new ones established [...]. There are sectors of the youth population whose interests are not taken into account by the current system of representation, and it is high time to find spaces within the liberal democratic framework for them to articulate their claims in a political way [...]. They do not see that the problem concerns the way representative institutions function at the moment, when so many voices are excluded from representation.

Tudo o que é enxergado nos antagonismos pode ser resumido a pedidos para que eles se transformem em agonismos. À essa altura da obra da filósofa, é possível até mesmo confundir-la com algum habermasiano que pretende resolver os problemas políticos simplesmente pela inclusão de marginalizados no jogo deliberativo. Há uma negação que tais movimentos se forem legítimos possam colocar em jogo a própria ideia de deliberar enquanto forma razoável de política democrática. Restringe-se, assim, forças de contestação político-sociais.

## CONCLUSÃO

Concluimos que, apesar de seu programa teórico ser anunciado como o de uma democracia pluralista radical, Mouffe esbarra em grandes dificuldades ao combater o que chama de “déficit democrático” e, por consequência, no ataque às relações de dominação vigentes - objetivo que a própria autora dá à sua obra. Julgamos interessantes suas críticas a concepções democráticas deliberacionistas bem como há grande valor no reconhecimento de que conflitos irreconciliáveis compõem o jogo democrático. Contudo, aos nossos olhos, o que faz a partir de sua percepção do conflito é apenas sublimá-lo, domesticá-lo. Visando manter uma certa ordem social e inibir a atuação da extrema-direita, a autora acaba por constranger de tal maneira as diferenças que boa parte da capacidade transformadora de sujeitos e ações disruptivas é perdida. Com o passar do tempo, até mesmo seu impulso de aprofundar a dita revolução democrática vai sendo apagado em prol da construção de um esquema no qual as reivindicações populares são acomodadas dentro da democracia representativa, admitindo apenas mudanças que não comprometam seus alicerces.

Não entendemos que Mouffe tenha tido êxito em seus objetivos de oferecer uma nova forma de democracia radical e plural que fosse capaz de efetivamente dar fim às relações de dominação existentes. Conforme demonstramos, sua teoria acaba por exigir determinada uniformização dos sujeitos em uma democracia e a interdição de certos questionamentos acerca do funcionamento de instâncias e instituições consideradas como democráticas o que, ainda que ocorra de forma sutil, é um problema para um projeto pluralista radical, pois a faz repetir lugares comuns de teorias liberais que originalmente buscava se afastar. Identificamos, assim, traços conservadores em sua obra - traços que levam a uma conservação da ordem vigente junto com suas chagas. Para realizar a tarefa de construir uma democracia radical e plural que dê espaço

à soberania popular e combata as relações sociais que se configuram como relações de subordinação ilegítimas entendemos que Mouffe precisaria modificar profundos aspectos de sua proposta, abrindo espaço maior para a diferença, para as ações extra institucionais e a própria contestação do regime democrático liberal representativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JULLIEN, François. Universels, les droits de l'homme?. **Le Monde Diplomatique**. Paris, p. 24-25, fév. 2008a. Disponível em <<https://www.monde-diplomatique.fr/2008/02/JULLIEN/15588>>. Acesso em: 21 nov. 2025.

JULLIEN, François. **De l'universel, de l'informe, du common et du dialogue entre les cultures**. Paris: Fayard, 2008b.

LACLAU, Ernesto. The Impossibility of Society. **Canadian Journal of Political and Social Theory**, v. 15, n. 1-3, 1991, pp. 24-27.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hearts, Minds and Radical Democracy. [Entrevista concedida] a Dave Castle. **Red Pepper**, 1998. Disponível em <<https://www.redpepper.org.uk/hearts-minds-and-radical-democracy/>>. Acesso em: 02 mar. 2025.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 2001.

LYOTARD, Jean-François. **The Differend: Phrases in Dispute**. Trad. de Georges Van Den Abbeele. Manchester: Manchester University Press, 1988.

LYOTARD, Jean-François. **Political Writings**. Trad. de Bill Readings e Kevin Paul Geiman. London: UCL Press, 1993.

MIGUEL, Luís Felipe. **Consenso e conflito na democracia contemporânea**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.

MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. London: Verso, 1993.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2000.

MOUFFE, Chantal. **On the Political**. New York: Routledge, 2005.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Trad. de Pablo Sanges Ghetti. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, jun. 2006. pp. 165-175.



MOUFFE, Chantal. **Agonistics**: Thinking the world politically. London: Verso, 2013.

PANIKKAR, Raimon. Is the Notion of Human Rights a Western Concept? **Diogenes**, vol. 30, issue 120, p. 75-102, dec. 1982.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. Trad. de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000.

SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. Trad. de Inês Lobbauer. São Paulo, SP: Editora Página Aberta, 1996.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político / Teoria do partisan**. Trad. de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte, MG: Editora Del Rey, 2008.

TONNER, Philip. Wittgenstein on forms of life: a short introduction. **Electronic Journal for Philosophy**, Vol. 24, 2017, pp. 13-18. Disponível em <<https://e-logos.vse.cz/pdfs/elg/2017/01/02.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Trad. de G. E. M. Anscombe, P. M. S. Hacker e Joachim Schulte. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.